



Escândalo político e jornalismo editorial: o caso dos áudios da JBS nos editoriais de *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Francisco Paulo Jamil Marques¹
Deivison Freitas²
Camila Mont'Alverne³
Paulo Ferracioli⁴

Universidade Federal do Paraná

RESUMO: O trabalho tem por objetivo analisar como o escândalo da JBS foi retratado nos editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, evidenciando com quem as publicações estavam dispostas a dialogar e quais avaliações fizeram do acontecimento. O corpus da pesquisa foi composto pelos editoriais publicados pelos dois veículos entre 18 de maio e 17 de setembro de 2017 – período que compreende do dia posterior à publicação dos áudios até o encerramento do mandato de Rodrigo Janot à frente da Procuradoria-Geral da República. Os 103 editoriais foram examinados por meio de Análise de Conteúdo. Os resultados apontam diferenças na forma pela qual os periódicos abordam o escândalo. FSP o faz por meio de um viés político, desconfiando da conduta de Temer, enquanto OESP enfatiza a crítica à atuação do Ministério Público. Os jornais concordam, porém, sobre a necessidade de manter as reformas econômicas.

Palavras-chave: Jornalismo editorial; jornalismo político; escândalo político; governo Temer; JBS.

¹ Professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). E-mail: marquesjamil@gmail.com.

² Graduando em Ciências Sociais, com habilitação em Ciência Política, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: deivisonfreitas@yahoo.com.br.

³ Doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista Capes. E-mail: camilapessoa31@gmail.com

⁴ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Bolsista Capes. E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com.

1. Introdução

No dia 17 de maio de 2017, o jornal O Globo divulgou, em primeira mão, uma gravação cujo conteúdo tratava de uma conversa entre o Presidente da República Michel Temer (MDB) e o empresário Joesley Batista, proprietário do frigorífico JBS⁵. A gravação, realizada no Palácio do Jaburu, sede da Vice-Presidência, continha informações sobre uma suposta “mesada” que a empresa estaria pagando ao ex-deputado Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara dos Deputados, então preso em Curitiba no âmbito da Operação Lava Jato) para que se mantivesse em silêncio quanto às acusações que envolviam outros agentes do topo político. A divulgação dos áudios deu origem a um dos maiores escândalos do Governo Temer (que já tinha a imagem comprometida por conta de outras denúncias envolvendo aliados políticos), ocasionando rumores de que o mandatário poderia renunciar.

Assim, o “escândalo da JBS”, como ficou conhecido o caso, originou duas denúncias elaboradas pelo então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, contra Michel Temer⁶. Em todos os casos, os pedidos de investigação foram rejeitados pela Câmara dos Deputados. No dia 17 de setembro de 2017, quatro meses após a divulgação das gravações, chegava ao fim o mandato de Janot à frente da Procuradoria-Geral da República, sendo ele sucedido por Raquel Dodge.

Todos os acontecimentos que envolveram o episódio foram alvo de intensa cobertura jornalística, seja em textos noticiosos, seja em textos opinativos. Este trabalho se interessa, especificamente, em investigar de que maneira os editoriais jornalísticos – materiais dedicados a apresentar a opinião das empresas sobre acontecimentos diversos de interesse social – abordaram o “escândalo da JBS”. Argumenta-se que enfatizar o estudo empírico sobre os posicionamentos das instituições jornalísticas permite diagnosticar a quais ideias, agentes ou grupos do campo político ela mais se aproximam – sobretudo quando o trabalho adota uma perspectiva comparativa entre dois periódicos de relevância nacional, a exemplo da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*.

⁵ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935> >. Acesso em: 23/07/2018.

⁶ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/janot-oferece-denuncia-contra-temer-por-corrupcao-passiva-21522671> >. Acesso em: 31/07/2018) e em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1918472-janot-denuncia-temer-sob-acusacao-de-organizacao-criminosa-e-obstrucao.shtml> >. Acesso em: 31/07/2018).

Assim, tendo em vista a noção de que o Jornalismo atua na condição de ator político interessado em participar e em influenciar no debate sobre questões que circulam da esfera pública (COOK, 2011; EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; PAGE, 1996), torna-se relevante analisar como tal atividade se comporta em momentos de crise a envolverem a conduta de agentes que integram a elite política nacional – sobretudo em um contexto marcado por frequente contestação da legitimidade dos dirigentes que assumiram o país após o impeachment de Dilma Rousseff.

Partindo-se da premissa de que uma das funções do Jornalismo é selecionar e hierarquizar o leque de questões oferecidas ao público (GUERRA, 2014; LAGE, 2011; MCCOMBS, 2005) – e que a visibilidade é fundamental a fim de determinados temas e questões consigam competir pela atenção da audiência (AZEVEDO, 2006) – pretende-se examinar se, e de que forma, a cobertura editorial do escândalo da JBS foi retratada pelos jornais brasileiros em seus editoriais, evidenciando com quem as publicações estavam dispostas a dialogar e quais avaliações fizeram do acontecimento.

Mesmo que outros trabalhos apontem para a maior liberdade que os editoriais teriam para fugir da pauta de assuntos cotidianos – dominada pelo sentido de urgência dos assuntos recentes (EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008) –, percebe-se que os escândalos políticos tendem a atrair a atenção imediata dos periódicos. Tal fenômeno é identificado por Espinosa (2003), ao afirmar que os jornais não podem ignorar constrangimentos concernentes a eventos extraordinários em seus editoriais – inclusive por conta da concorrência, já que outras publicações podem optar por se posicionar acerca das turbulências políticas. Assim, o escândalo envolvendo Temer e a JBS se mostra um assunto de amplo interesse para a sociedade e, conseqüentemente, para as publicações jornalísticas.

A fim de investigar de que maneira os editoriais jornalísticos se posicionaram frente ao escândalo da JBS, examinam-se os textos opinativos de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*. A escolha por essas duas publicações se justifica por conta da tiragem e do prestígio que ambas as empresas possuem junto às elites econômicas e políticas nacionais⁷.

7

Disponível em:
<<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/66512/empresarios+tem+mais+confianca+na+midia+imprensa+aponta+estudo>>. Acesso em: 23/07/2018;

As perguntas de partida do trabalho são as seguintes: que abordagens os jornais OESP e FSP privilegiaram ao tratar do escândalo JBS em seus editoriais? De que forma foram caracterizados os agentes centrais vinculados a tal acontecimento? Que diferenças na cobertura podem ser identificadas quando comparadas as duas publicações? Para responder a essas indagações, este trabalho emprega estratégias metodológicas de natureza quantitativa e qualitativa.

O artigo se encontra estruturado da seguinte forma: o próximo tópico oferece uma breve revisão da literatura sobre o papel do jornalismo político, conferindo especial atenção ao papel dos editoriais. Na sequência, serão apresentadas as estratégias metodológicas, deixando-se claro o recorte temporal e espacial considerado, bem como os métodos de coleta e análise. Em seguida, providencia-se a apresentação dos dados. O texto é encerrado com um debate sobre as descobertas da investigação.

2. O papel do Jornalismo editorial

Mesmo que as origens da imprensa façam remissão à defesa de interesses político-ideológicos de grupos sociais específicos (trata-se da chamada “imprensa de opinião”, com atuação marcante entre os séculos XVIII e XIX), a partir de meados do século XVIII a expansão de um novo modelo de negócios faz com que a atividade de publicar informações ganhe um caráter mais profissionalizado – o que passou a implicar, por exemplo, a busca por uma maior independência de atores políticos externos. A conformação de um campo social próprio do Jornalismo, assim, implicou a reivindicação pela capacidade de elaborar textos factuais marcados, pelo menos em princípio, por imparcialidade, objetividade e neutralidade. Outra estratégia utilizada pelo Jornalismo comercial se referiu à separação entre notícia e opinião (GUERRA, 2003; KAPLAN, 2012; MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014).

Contudo, ainda que exerça um papel essencial na condição de agente mediador entre cidadãos e representantes políticos (COOK, 2011; VAN DALEN, 2015), sabe-se que as publicações jornalísticas não são simples instrumentos ou veículos desinteressados quando do processo de escolha de pautas e ângulos que são conferidos aos acontecimentos de relevância social. Em outras palavras, mais do que simplesmente

.....
transmitir informações de interesse público, as organizações jornalísticas atuam na esfera pública de pelo menos três formas: alimentando os debates por meio de informações factuais; dando espaço para a veiculação de opiniões divergentes acerca de determinado assunto; posicionando-se, elas próprias, como legítimos agentes detentores de opinião – cuja intenção, naturalmente, é influenciar o público. Os editoriais constituem, justamente, o espaço por excelência dedicado a dar visibilidade às posturas da empresa, uma vez que a audiência tem a expectativa de ser orientada quanto aos acontecimentos (BELTRÃO, 1980; GUERREIRO NETO, 2016; MELO, 1985; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

Assim sendo, o texto editorial se diferencia dos outros textos presentes no periódico por ter a proposta de oferecer juízos morais sobre os assuntos diversos (MORAES, 2007). Trata-se de uma peça cuja linguagem é direcionada para líderes de opinião (ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996), com gramática impessoal que busca reafirmar autoria institucional do texto (ALVES FILHO, 2006). Por meio dos editoriais, a empresa jornalística pode perseguir uma agenda temática própria, uma vez que tem autonomia para propor temas ainda pouco candentes na esfera de visibilidade pública (EILDERS, 1999). É nesse sentido que o jornal se investe da autoridade de representante da opinião pública com o intuito de pressionar atores e instituições do Estado (MARQUES et al., 2017).

Cada jornal, em sua carta de princípios, estabelece as linhas gerais que orientam sua atuação e a formulação de suas opiniões, estabelecendo-se, então, uma espécie de “contrato”, com a audiência. Justamente por conta disso, fala-se na ideia de “jurisprudência” (ARBEX JÚNIOR, 1987) ao se justificar a relutância dos periódicos em mudar de opinião acerca de determinado tema em um curto espaço de tempo. Quando isso ocorre, o jornal pode acarretar prejuízos à sua própria imagem enquanto intérprete dos acontecimentos.

Diante da relevância que possui o editorial na esfera da comunicação política, é interessante observar como os escândalos são retratados nesse gênero, com especial atenção para o que interessa a essa pesquisa.

3. Escândalo político e o caso da JBS

.....

O desenvolvimento das instituições jornalísticas levou à criação de um novo campo social, cuja responsabilidade passou a ser, dentre outras, construir diferentes arenas de visibilidade e de debate públicos (GOMES, 2004). A transformação na forma de relatar e de se posicionar acerca de determinados acontecimentos, assim, alterou a própria definição de escândalo político. Se, antes, os conflitos e desvios de normas permaneciam, muitas vezes, atrelados a realidades locais, a comunicação de massa exacerbou a desaprovação pública quando os agentes são surpreendidos transgredindo regras sociais (THOMPSON, 2002). Mais precisamente, o escândalo político passou a ser *político-midiático*. Nas palavras de Thompson, “... um acontecimento que implica revelação através da mídia de atividades que fossem previamente ocultadas [...] e que, ao se tornarem públicas desse modo, poderiam acabar trazendo implicações prejudiciais aos indivíduos implicados” (2002, p. 87).

No caso brasileiro, existem variados estudos a privilegiarem os posicionamentos editoriais das empresas jornalísticas em relação a instituições representativas, como o Congresso Nacional (AZEVEDO; CHAIA, 2008; JORGE, 2003); a construção da imagem pública de figuras da elite política (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2013); e, por fim, acontecimentos marcantes da história política brasileira, como o impeachment de Dilma Rousseff ou o escândalo do chamado “Mensalão” (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2017; MIGUEL; COUTINHO, 2007).

No caso do escândalo da JBS⁸, registre-se que as primeiras revelações sobre o áudio que envolvia o presidente do referido grupo, Joesley Batista, e Michel Temer foram divulgadas pelo site do jornal O Globo, em 17 de maio de 2017⁹. A gravação fazia parte do acordo de delação premiada assinada por Joesley e por seu irmão, Wesley Batista. Além de Temer, a documentação de posse do Ministério Público Federal também fazia referência a políticos de outros partidos, como o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e a ex-ministro da Fazenda dos governos do PT, Guido Mantega.

As informações coletadas pelos delatores motivaram o oferecimento de duas denúncias criminais pelo então Procurador-Geral da República Rodrigo Janot.

⁸ Empresa que atua no ramo de processamento de carnes e que figura entre as maiores do mundo em seu setor. Além disso, é vinculada ao grupo J&F, que atua em diferentes outros setores como, por exemplo, produção de energia e de produtos de limpeza.

⁹ Disponível em < <https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935>>. Acesso em 31 jul. 2018.

.....
Solicitava-se, àquela altura, a investigação do Presidente da República e de outros envolvidos quanto à apuração dos crimes ali relatados.

Na primeira denúncia, encaminhada em 26 de junho de 2017, Temer foi acusado de por corrupção passiva por conta do suposto recebimento de R\$ 500.000,00 de propina de Joesley Batista, em troca de favorecimento da empresa em processos sob responsabilidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)¹⁰. A segunda denúncia foi endereçada em 14 de setembro daquele mesmo ano e acusava o presidente dos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça, por ter instigado Joesley Batista a pagar valores ao delator Lucio Funaro com o intuito de impedi-lo de formalizar sua colaboração premiada com a Justiça¹¹.

Nenhuma das duas denúncias teve o prosseguimento autorizado pela Câmara dos Deputados¹², impedindo, assim, sua análise pelo Supremo Tribunal Federal enquanto o mandato de Michel Temer estiver vigente.

4. Procedimentos metodológicos

Para realizar a análise aqui delineada, optou-se por examinar os editoriais publicados por *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, entre 18 de maio de 2017 (dia imediatamente seguinte à divulgação das gravações que envolvem Joesley Batista e Michel Temer) e 17 de setembro de 2017 (data em que Rodrigo Janot, principal responsável por fechar o acordo de delação com os empresários mencionados, deixou o cargo de Procurador-Geral da República). A saída de Janot do cargo marca o fim do recorte temporal uma vez que a nova procuradora, Raquel Dodge, não apresentou novas denúncias vinculadas ao escândalo JBS contra o presidente Temer.

Por meio de acesso manual aos *websites* dos dois periódicos, todos os editoriais publicados entre as datas acima mencionadas foram coletados. No total, 369 editoriais foram veiculados em *O Estado de S. Paulo* (que publica três peças de opinião por dia) e

¹⁰ Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/janot-oferece-denuncia-contratemer-por-corrupcao-passiva-21522671> >. Acesso em: 31/07/2018.

¹¹ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1918472-janot-denuncia-temer-sob-acusacao-de-organizacao-criminosa-e-obstrucao.shtml> >. Acesso em: 31/07/2018.

¹² Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/base-aliada-consegue-votos-para-arquivar-a-denuncia-contratemer,70001921350> >. Acesso em: 31/07/2018;
Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/camara-dos-deputados-rejeita-segunda-denuncia-contratemer-21993126> >. Acesso em: 31/07/2018.

.....
241 textos integraram as páginas da *Folha de S. Paulo* (este periódico conta com dois textos diários a revelarem as opiniões da instituição).

Em seguida, utilizando-se o NVivo (*software* para análises qualitativas), os textos foram filtrados a fim de serem detectadas aquelas palavras-chave que fariam alusão aos delatores do escândalo aqui analisado: “Joesley”, “Wesley”, “JBS”, “Batista”, “J&F” e “Friboi”. Após a adoção de tais procedimentos, chegou-se ao número de 103 editoriais a comporem o *corpus* da pesquisa, sendo 58 de *O Estado de S. Paulo* (o que corresponde a 15,71% de todos os editoriais publicados por OESP no período) e 45 editoriais da *Folha de S. Paulo* (cerca de 18,67% de todos os editoriais da FSP no período correspondente à amostra).

Posteriormente, os editoriais foram agrupados em semanas, o que permitiu verificar a frequência com que os termos de interesse da investigação foram publicados em cada periódico ao longo dos meses. Considerando-se o primeiro dia da contagem como sendo 18 de maio de 2017, foram contabilizadas 18 semanas (sendo que última semana possui apenas 4 dias, dada a separação dentro do recorte temporal escolhido).

Logo em seguida, procedeu-se o planejamento da abordagem qualitativa do artigo, tendo-se definido as categorias de análise a partir do conteúdo abordado pelos textos. A fim de mapear os atores, instituições, juízos e temas de maior destaque – abrindo-se espaço para a elaboração do livro de códigos – delimitou-se uma amostra escolhida aleatoriamente de 20 editoriais de cada jornal (decidiu-se por contemplar pelo menos um editorial de cada semana a fim de garantir maior representatividade aos elementos abordados nos textos opinativos em tela).

Esta fase prévia do estudo permitiu aos autores elaborar o livro de códigos a seguir, dividido em quatro grandes eixos: 1) Agentes envolvidos na cobertura do escândalo; 2) Instituições envolvidas na cobertura do escândalo; 3) Juízos de valores que os editoriais fazem sobre os escândalos; 4) Tema central do editorial (este item permite depreender qual ênfase o jornal conferiu a cada texto). Ressalte-se que cada categoria abrigada em cada eixo é uma variável dicotômica (com exceção do eixo “Tema”), de forma que é possível assinalar a ocorrência de várias delas simultaneamente em um mesmo texto.

Quadro 1: Livro de códigos

AGENTES

- A.1 – Presidente Temer
- A.2 – Políticos da situação, com ou sem cargo (seja nomeado, seja eletivo)
- A.3 – Políticos de oposição, com ou sem cargo eletivo
- A.4 – Integrantes do sistema de Justiça (ministros do STF, TSE, juízes etc.)
- A.5 – Integrantes do MPF
- A.6 – Delatores da JBS (nomes dos irmãos Batista ou seus apoiadores)
- A.7 – Outros delatores
- A.8 – Profissionais da imprensa
- A.9 – Outros agentes identificados durante a leitura do material

INSTITUIÇÕES

- I.1 – Órgãos do Poder Executivo (Ministérios, autarquias e empresas públicas)
- I.2 – Órgãos do Poder Legislativo (Câmara, Senado e Congresso)
- I.3 – Órgãos do Poder Judiciário (STF, TSE, Tribunais de Justiça)
- I.4 – Ministério Público Federal
- I.5 – Polícia Federal
- I.6 – Partidos da Situação
- I.7 – Partidos da Oposição
- I.8 – JBS
- I.9 – Órgãos de imprensa
- I.10 – Quaisquer outras entidades (organizações, empresas, grupos, ONGs etc.).

JUÍZOS DE VALOR SOBRE O ESCÂNDALO

J1. Avaliação sobre comportamento de Temer

- J1.1. Não há irregularidade no comportamento do presidente
- J1.2. Não é possível saber se trata-se de irregularidade
- J1.3. O presidente adotou uma conduta criminosa ou conduta suspeita
- J1.4. Resposta de Temer e do governo ao escândalo não é adequada
- J1.5. Resposta de Temer e do governo ao escândalo é adequada
- J1.6. Outras

J2. Avaliações sobre atuação de instituições envolvidas no escândalo

- J2.1. Crítica à atuação de órgãos do Poder Executivo
- J2.2. Crítica à atuação de órgãos do Poder Legislativo
- J2.3 Crítica à atuação de órgãos do Poder Judiciário
- J2.4 Crítica à atuação do Ministério Público Federal
- J2.5. Crítica à atuação da JBS
- J2.6. Outras

J3. Consequências do escândalo
J3.1. Instabilidade política
J3.2. Escândalo atrapalha a recuperação econômica do país
J3.3 Não haverá grandes mudanças no cenário.
J3.4 Outras
J4. Saídas para a crise pós-escândalo
J4.1. Temer deve permanecer.
J4.2. Temer deve renunciar.
J4.3. Temer deve sofrer impeachment
J4.4. Eleições devem ser antecipadas
J4.5. Investigações devem prosseguir
J4.6. Reformas devem ser preservadas
J4.7 Saída incerta
J4.8. Outras
<u>TEMA CENTRAL DO EDITORIAL</u>
1 – Abordagem econômica do escândalo (queda na confiança dos investidores; dificuldade de controle inflacionário; desemprego; queda na projeção de crescimento, dentre outros assuntos).
2 – Abordagem política do escândalo (perda de apoio da base aliada; possibilidade de renúncia de Temer; denúncias da PGR; queda nos índices de confiança da população; prejuízos ao andamento das Reformas; impactos eleitorais para 2018; desentendimentos intrapartidários).
3 – Abordagem jurídica do escândalo (apoios e críticas à atuação do Ministério Público e das demais instituições responsáveis pelas investigações; foco nos embates entre as classes política e judiciária; ativismo do Poder Judiciário).

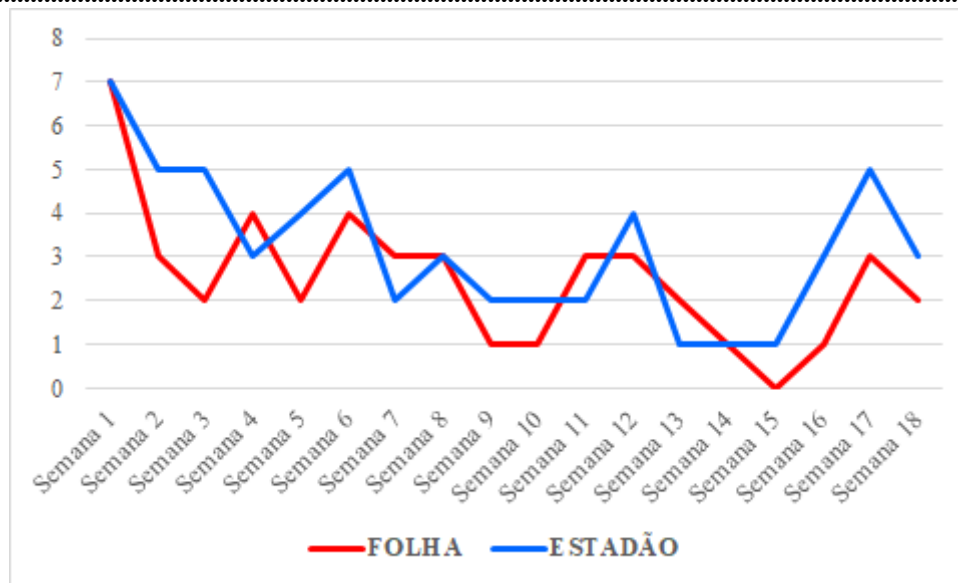
Fontes: Autores (2018).

Para garantir a confiabilidade da codificação, foi realizado um teste com 14 editoriais (7 da FSP e 7 de OESP), o que representa pouco mais de 10% do *corpus*. Quatro pesquisadores com experiência em codificação de materiais jornalísticos fizeram parte do time de classificação. Nos eixos “Agentes” e “Instituições”, o alfa de Crombach foi sempre mais alto que 0,747, considerado satisfatório. No caso de tema central e juízos de valor, o resultado também foi satisfatório: manteve-se uma média de 0,955 para os temas e de 0,66 para juízos de valor. A seção a seguir apresenta os dados mais pertinentes à cobertura editorial.

5. Apresentação dos resultados

A análise dos 103 editoriais permite identificar, de início, a distribuição temporal dos editoriais, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Divisão dos editoriais por semana



Fontes: Autores (2018).

Os dados demonstram que houve alguns períodos de ápice, que são compartilhados por ambos os veículos.

A primeira semana, em maio de 2017, representa o momento em que o escândalo veio à tona e ocupou os principais espaços das publicações aqui em estudo. Percebe-se que o escândalo da JBS oscilou, nos meses seguintes, quanto ao grau de visibilidade, apresentando alguns picos vinculados a acontecimentos importantes na esfera político-institucional, a exemplo da votação que definiria se o processo contra Michel Temer seria ou não instaurado no âmbito da Câmara dos Deputados.

O estudo do conteúdo dos textos editoriais que fazem parte da amostra começa por detalhar os agentes que mais frequentemente são mencionados nas peças opinativas (quadro 2). Embora haja diferenças nas ênfases (o agente mais mencionado na FSP é o Presidente Michel Temer, enquanto em OESP são os delatores da JBS), os periódicos tendem a se dirigir às mesmas personalidades quando abordam o escândalo.

Quadro 2 – Agentes mencionados pelos editoriais

Agentes	FSP	OESP
Delatores da JBS	33	48
Presidente Michel Temer	42	44
Integrantes do MPF	10	36
Políticos da situação	28	28
Políticos de oposição	20	24
Integrantes do sistema de Justiça	9	17
Outros delatores	4	12
Outros agentes	8	12
Profissionais da imprensa	2	3

Fontes: Autores (2018).

Mostra-se persistente, nos editoriais de OESP, as críticas aos irmãos Joesley e Wesley Batista, recorrentemente caracterizados como “criminosos”. Ademais, este mesmo jornal se preocupa em criticar, continuamente, a atuação do Ministério Público Federal, questionando, inclusive, a legalidade de seus atos oficiais e criticando o ímpeto persecutório de parte dos procuradores. A FSP, como se pode verificar, menciona bem menos os integrantes do MPF, preferindo dar centralidade ao papel do chefe do Poder Executivo Federal no escândalo.

No caso das instituições citadas nos editoriais (quadro 3), verifica-se que as duas publicações privilegiam os órgãos do Poder Executivo. Também em comum está a disposição de ambas as publicações em citar a JBS. Porém, OESP se diferencia do jornal concorrente uma vez que se dirige mais vezes ao Judiciário, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal – em boa parte das oportunidades, a intenção do jornal é criticar o rumo das investigações. A FSP, por sua vez, menciona significativamente mais os Partidos da Situação que OESP; isto é, este último jornal parece se importar menos com o fato de que as denúncias envolvem filiados às agremiações que integram o condomínio governista.

Quadro 3 – Instituições mencionadas pelos editoriais

Instituições	FSP	OESP
Órgãos do Poder Executivo	39	37
JBS	37	34
Partidos da Situação	32	8
Órgãos do Poder Legislativo	21	19
Órgãos do Poder Judiciário	18	32
Ministério Público Federal	18	36
Partidos da Oposição	16	10
Órgãos de imprensa	7	17
Polícia Federal	6	18
Outras	5	11

Fontes: Autores (2018).

A avaliação dos juízos mais frequentes nos editoriais permite compreender como cada instituição jornalística se comportou editorialmente ao longo do escândalo. O primeiro aspecto contempla, especificamente, a avaliação que OESP e FSP fazem acerca da postura de Michel Temer (quadro 4). As peças publicadas em OESP insistem na ideia de que os áudios não possibilitam dizer que o Presidente tenha cometido irregularidade (aliás, *O Estado de S. Paulo* levanta, inclusive, suspeitas sobre a validade das gravações, alegando que elas não passaram por perícia antes de virem a público). Já a FSP defende que Temer adotou conduta suspeita ou criminosa – ainda que evite afirmar claramente que o Presidente é culpado.

Quadro 4 – Avaliação sobre comportamento de Temer

Avaliação sobre comportamento de Temer	FSP	OESP
O presidente adotou uma conduta criminosa ou conduta suspeita	17	1
Resposta de Temer e do governo ao escândalo não é adequada	6	2
Resposta de Temer e do governo ao escândalo é adequada	5	4
Não é possível saber se se trata de irregularidade	4	10
Outras	1	0
Não há irregularidade no comportamento do presidente	0	1

Fontes: Autores (2018).

A diferença no comportamento dos periódicos também fica evidente quando se avalia a atuação das diversas instituições envolvidas no escândalo (quadro 5). O Ministério Público Federal é o maior alvo de críticas por parte de OESP, seguido pela

.....
 JBS. O Poder Executivo, por mais que tenha o Presidente como o principal agente político, pouco é criticado pelo jornal em questão. Já a FSP, não obstante também fazer ressalvas ao papel do MPF, escolhe Temer e demais órgãos do Poder Executivo como os principais alvos das críticas.

Quadro 5 – Avaliações sobre atuação de instituições envolvidas no escândalo

Avaliações sobre atuação de instituições envolvidas no escândalo	FSP	OESP
Crítica à atuação de órgãos do Poder Executivo	21	7
Crítica à atuação de órgãos do Poder Legislativo	8	3
Crítica à atuação de órgãos do Poder Judiciário	2	7
Crítica à atuação do Ministério Público Federal	12	41
Crítica à atuação da JBS	11	26
Outras	0	5

Fontes: Autores (2018).

Outro aspecto analisado se refere aos juízos que os editoriais fazem acerca das consequências do escândalo (quadro 6). Pode-se dizer que FSP e OESP convergem ao especular sobre o que deve acontecer após o escândalo: ambos apontam (e, em certa medida, lamentam) a instabilidade política e os riscos que o escândalo traria para a recuperação econômica do país. A FSP, particularmente, traz alguns editoriais menos assertivos, em que não vislumbra grandes mudanças no cenário.

Quadro 6 – Consequências do escândalo

Consequências do escândalo	FSP	OESP
Instabilidade política	21	21
Escândalo atrapalha a recuperação econômica do país	11	17
Não haverá grandes mudanças no cenário	6	0
Outras	0	1

Fontes: Autores (2018).

No que diz respeito às saídas para a crise pós-escândalo, FSP e OESP concordam sobre a necessidade de preservar a agenda de reformas proposta pelo Governo Temer (quadro 7). Com a mesma quantidade de ocorrências em relação à manutenção das reformas, a Folha também se mostra hesitante, na medida que indica certa imprevisibilidade no cenário político dada a quantidade de turbulências à época – o que fica expresso pela frequência de “Saída incerta”. Há diferenças entre os dois periódicos, todavia, no que diz respeito ao prosseguimento das investigações: FSP defende a

.....
avaliação cuidadosa das denúncias contra o presidente, enquanto OESP pouco destaca tal saída como relevante.

Quadro 7 – Saídas para a crise pós-escândalo

Saídas para a crise pós-escândalo	FSP	OESP
Reformas devem ser preservadas	12	12
Saída incerta	12	4
Investigações devem prosseguir	10	2
Temer deve permanecer	1	3
Eleições devem ser antecipadas	1	0
Temer deve renunciar	0	0
Temer deve sofrer impeachment	0	0
Outras	0	1

Fontes: Autores (2018).

Por fim, ao analisar os temas centrais dos textos de opinião, as diferenças entre FSP e OESP na abordagem do periódico ficam mais evidentes (quadro 8). Enquanto os editoriais de FSP privilegiam uma abordagem política, OESP concentra-se em uma abordagem jurídica do escândalo – novamente, o objetivo da publicação é aproveitar o espaço para criticar o comportamento dos agentes responsáveis pelas investigações em curso.

Quadro 8 – Tema central dos editoriais

Tema central	FSP	OESP
Abordagem jurídica	10	32
Abordagem política	25	15
Abordagem econômica	10	11

Fontes: Autores (2018).

A FSP confere a mesma importância às questões econômicas e jurídicas do caso. Os dados evidenciam que a Folha está mais preocupada em avaliar os desdobramentos do escândalo no que diz respeito aos seus impactos políticos. Já OESP questiona, de modo recorrente, os procedimentos jurídicos e a validade das provas apresentadas pelo MPF, especulando menos acerca da questão política e econômica – o que surpreende, dada a importância que o periódico costuma conferir ao último assunto (GUERREIRO NETO, 2016).

6. Discussão e considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar de que maneira os editoriais jornalísticos de Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo cobriram o escândalo da JBS. A pesquisa em Jornalismo já reconhece que o editorial exerce atuação direta na realidade, uma vez que a agenda de assuntos selecionados ou o enquadramento dado a acontecimentos diversos colaboram para o processo de construção de imagem de instituições e agentes políticos.

De maneira geral, é possível afirmar, a partir da análise dos dados acima inventariados, que os periódicos adotaram posturas diferentes quando avaliaram o episódio. Se ambos foram cautelosos em apresentar o Presidente Temer como culpado a partir da divulgação dos áudios, OESP adota uma posição mais refratária às outras instituições envolvidas no processo de investigação, a exemplo do Ministério Público Federal.

Porém, é preciso reconhecer que também há proximidade quanto aos padrões de cobertura: ao avaliar os agentes e instituições mencionadas, não há diferenças significativas entre quem são os interlocutores aos quais os periódicos se dirigem. Assim, há a tendência de que os jornais reconheçam os mesmos agentes e instituições como legítimos para defender ou a quem endereçar críticas.

Ao se observar o tema central e os juízos de valor sobre o escândalo, porém, as descobertas apontam para escolhas editoriais distintas. O fato de OESP privilegiar a abordagem jurídica da questão está atrelado às críticas que faz à atuação do Ministério Público Federal, pois considera que a instituição atuou de maneira politicamente motivada em uma cruzada contra o campo político, sem se importar com as consequências disso para o país. O periódico também não considera que os áudios divulgados comprovem que Temer cometeu irregularidades – as críticas do jornal ao Presidente são muito pontuais. A partir de certo momento da cobertura, os editoriais parecem ignorar que Temer esteve envolvido no escândalo e por vezes sequer mencionam o mandatário, abordando o caso JBS apenas por meio da relação entre os empresários e os membros do Ministério Público.

Já FSP enfatiza o aspecto político do escândalo, considerando que o comportamento de Temer foi, no mínimo, suspeito. Isto não significa que o jornal não

.....
critique o Ministério Público Federal ou a JBS, mas o faz em menor medida que o concorrente.

É uma agenda comum aos dois periódicos, todavia, a defesa das reformas econômicas levadas à frente pelo governo. O receio amplamente indicado nas peças de opinião refere-se à possibilidade de que a instabilidade política impeça o andamento das discussões e da votação das reformas no âmbito do Congresso. Este resultado é semelhante ao encontrado por Müller e Dornelles (2017) quando estudaram a cobertura editorial do escândalo em FSP e O Globo. As autoras também diagnosticam propostas de saídas distintas por parte dos dois periódicos, mas uma convergência acerca da necessidade de manter as reformas econômicas.

Chama atenção, todavia, o fato de que nenhum dos dois periódicos especule sobre a saída de Temer do cargo (por renúncia ou por impeachment, pelo menos) como solução para a crise. Isto evidencia a diferença de tratamento dispensado pelos mesmos periódicos no que se refere à cobertura que fizeram do impeachment de Dilma Rousseff (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2017), quando defenderam a saída da então Presidente. Em outras palavras, os dois periódicos ainda enxergam o Presidente como agente capaz de entregar as reformas que estão na agenda de interesses de FSP e OESP. É possível, portanto, que a cautela em evitar posicionar-se a favor da saída de Temer tenha ocorrido não por conta de haver um alinhamento automático com tal agente político, mas pela sintonia que as publicações mantêm com a agenda por ele implementada.

Futuras pesquisas sobre esse episódio podem prolongar o alcance temporal, de modo a notar se o assunto voltou a ser lembrado por essa seção opinativa dos jornais ou se foi superado por outros acontecimentos. Comparação com outros veículos de imprensa do Brasil também podem se mostrar úteis para perceber se a reação jornalística teve mais similaridades ou distinções.

Referências

- ALVES FILHO, F. A Autoria Institucional Nos Editoriais De Jornais. *Alfa*, v. 50, n. 1, p. 77–89, 2006.
- ARBEX JÚNIOR, J. Editorial. In: MELO, J. M. DE. (Ed.). *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo*. São Paulo: FTD, 1987. p. 91–99.
- ARMAÑANZAS, E.; NOCÍ, J. D. *Periodismo y argumentación. Géneros de opinión*. [s.l.] Universidad del País Vasco, 1996.
- AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema

- político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88–113, 2006.
- AZEVEDO, F.; CHAIA, V. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 173–204, 2008.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- COOK, T. E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203–247, 2011.
- EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C.; SPLENDORE, S. Media as Political Actors. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–9.
- EILDERS, C. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. **The International Journal of Communications Research**, v. 24, n. 3, p. 301–328, 1999.
- ESPINOSA, P. M. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos**, n. 10, p. 225–238, 2003.
- FIRMSTONE, J. The Editorial Production Process and Editorial Values As Influences on the Opinions of the British Press Towards Europe. **Journalism Practice**, v. 2, n. 2, p. 212–229, 2008.
- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GUERRA, J. L. **O Nascimento do jornalismo moderno: Uma discussão sobre as competências profissionais, a função e os usos da informação jornalística**: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/167629680582323974316910221745759002955.pdf>, 2003.
- GUERRA, J. L. TRANSPARÊNCIA EDITORIAL: A CREDIBILIDADE JORNALÍSTICA À LUZ DOS SISTEMAS DE GESTÃO DA QUALIDADE. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la comunicación**, v. 11, n. 20, 2014.
- GUERREIRO NETO, G. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 92–105, 2016.
- JORGE, V. L. A Cobertura do Congresso Nacional pelos Jornais Brasileiros, 1985-1990. **Estudos Históricos**, n. 31, p. 64–82, 2003.
- KAPLAN, R. The origins of objectivity in American Journalism. In: ALLAN, S. (Ed.). **The Routledge Companion to News and Journalism**. New York: Routledge, 2012. p. 25–37.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2011.
- MARQUES, F. P. J. et al. O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 25, p. 53–78, 2017.
- MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E.; SIEBRA, N. Jornalismo, Assessoria De Imprensa E Seus Condicionantes Organizacionais: Uma Reflexão a Partir Das Teorias Do Jornalismo. **Animus**, v. 13, n. 25, p. 145–166, 2014.
- MARQUES, F. P. J.; MONT’ALVERNE, C.; MITOZO, I. **O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF NOS EDITORIAIS DE FOLHA E ESTADÃO: Um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais**São PauloCompós, , 2017.
- MCCOMBS, M. A Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, p. 543–557, 2005.
- MELO, J. M. DE. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis NV - 166: Vozes, 1985.
- MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. D. A. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v. 13, n. 1, p. 97–123, jun. 2007.
- MONT’ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. JORNALISMO POLÍTICO E IMAGEM PÚBLICA: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, v. 28, n. 3, p. 93–115, 2013.
- MONT’ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121–137, 2015.

-
- MORAES, C. H. DE. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. **Anais do XI Colóquio da Celacom**, p. 9, 2007.
- MÜLLER, L. C.; DORNELLES, B. C. “**Tem que manter isso, viu?**” **Escândalo político e consequências econômicas nos editoriais de**. Intercom - 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. **Anais...**Curitiba: Intercom, 2017
- PAGE, B. I. The mass media as political actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20–24, 1996.
- THOMPSON, J. B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- VAN DALEN, A. Journalism, Political. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). . **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–10.